



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

UNIDADE: Diretoria de Ensino de Jacareí

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Emissão de atestado de antecedentes e certidão de atividade. Impossibilidade de fornecimento via SIC. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 186/2018

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Diretoria de Ensino de Jacareí, número SIC em epígrafe, para emissão de atestado de antecedentes e emissão de certidão de atividade de vínculo.
2. Em resposta, o ente informou que o SIC é ferramenta exclusiva para acesso a informações, fornecendo os meios para que o solicitante requeira os documentos pretendidos. Em recurso, a resposta foi mantida. Insatisfeito, o interessado apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, alegando cerceamento de defesa.
3. No caso em apreço, constata-se que o órgão informou adequadamente o cidadão sobre as possibilidades do Sistema SIC.SP e forneceu os meios adequados para requerimento das certidões almejadas, nos termos do artigo 11, §1º, inciso II da Lei de Acesso à Informação.
4. Recorda-se que a Ouvidoria Geral do Estado já proferiu decisão em idêntico pedido formulado pelo mesmo solicitante, de nº 226/2015, em que entendeu sobre a impossibilidade de emissão de certidão pelo Serviço de Informações ao Cidadão.
5. Conforme exposto, a Lei de Acesso à Informação visa à disponibilização de informações e dados já existentes e custodiados pela Administração Pública, não sendo exigíveis dos órgãos públicos trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados, para atendimento a pedido de informação, sendo suficiente a entrega das informações detidas no formato em que se encontrem (art. 11, §6º da Lei Federal nº 12.527/2011). Diante dessa premissa, forçoso reconhecer que a emissão de certidões observa procedimentos específicos e demanda a análise de uma série de dados e informações para produzir documento ainda não existente.

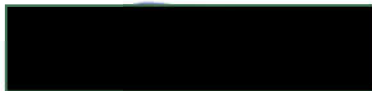




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. No mesmo sentido, a Controladoria Geral da União já decidiu que “as solicitações iniciais, bem como as que se seguem em grau de recurso, não se tratam de pedido de acesso à informação nos termos da LAI, mas sim reclamações/insatisfações, denúncias e **solicitação de emissão de certidões** diversas por parte do recorrente, e o eSIC é uma ferramenta disponibilizada para o fornecimento de informações respaldadas exclusivamente pela LAI [...] Deve-se esclarecer que a definição de “informação” na Lei de Acesso à Informação refere-se a dados que podem ser usados para a produção de conhecimento. O que o cidadão, de fato almeja, não é uma informação, mas sim o produto dela, um conhecimento produzido. E não cabe à CGU exigir do órgão recorrido que seja produzido um documento que atenda a dúvidas pessoais.” (Referência: 12649.010835/2013-64).
7. À vista do exposto, ante a impossibilidade de emissão de certidões por meio do Serviço de Informações ao Cidadão, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 11 de junho de 2018.



MANUELLA RAMALHO

RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

MKL